

# UMA LEITURA DA PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE HOMICÍDIOS EM SALVADOR // Poliana da Silva Ferreira<sup>1</sup>

## Palavras-chave

estatística de homicídios/ pesquisa qualitativa/ políticas públicas



## Sumário

- 1 **Introdução**
- 2 **Um olhar quantitativo sobre os homicídios**
- 3 **Estratégias metodológicas e o percurso da pesquisa**
- 4 **O que contam os números?**
- 5 **O que os números não contam...**
  - 5.1 As normas
  - 5.2 A organização funcional
  - 5.3 Cultura e práticas profissionais
- 6 **Considerações finais**
- 7 **Referencias bibliográficas**

## Resumo

A pesquisa descreve e analisa a produção de estatísticas de homicídios em Salvador, de 2011 a 2013, as quais compreendem desde o momento em que um corpo é encontrado até sua posterior incorporação como dado estatístico, passando pela fase de registro inicial à comunicação oficial ao Secretário de Segurança Pública. Vale-se, metodologicamente, de entrevistas semiestruturadas, observação de locais e práticas e análise da legislação que estrutura a produção estatística. Os resultados obtidos apontam para uma importante produção de números, porém, esses não têm permitido leituras claras, que possibilitem à própria Secretaria, reduzir, por meio de políticas públicas, as taxas de homicídios que atingem uma população específica: negros, jovens e moradores de áreas densamente habitadas.

<sup>1</sup>Mestranda em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do GP-CRIM/UNEB. Contato: polianasferreira@hotmail.com.

## READING HOMICIDE STATISTICS PRODUCTION IN SALVADOR //

*Poliana da Silva Ferreira*

### **Keywords**

homicide statistics / qualitative research / public policy

////////////////////

### **Abstract**

This research describes and analyzes the production of homicide statistics in Salvador, 2011-2013, from the moment when a body is found to their subsequent incorporation as a statistic, through the initial registration phase up until it becomes official information for the Office of the Secretary of Public Security. In terms of methodology, the research uses *semi-structured* interviews, observation of places and practices and analysis of the legislation that organizes statistical production. The results indicates an important production of numbers, which do not allow for a clear reading, enabling the Secretary's office itself to reduce, through public policies, homicide rates that reach a specific population: blacks, young people and residents of densely populated areas.

## 1 Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa acadêmica que buscou compreender como são construídas as estatísticas de homicídios em Salvador. Tema relevante, dado o peso importante – embora não exclusivo – que tem na elaboração e na produção de políticas públicas que visam reduzir tais índices.

As estatísticas criminais elaboradas pelas agências policiais sob a administração do Poder Executivo podem ser observadas de duas formas. Por um lado, como um produto acabado, isto é, uma reconstrução de uma dada realidade em números, que pode ser utilizado como ferramenta de combate à determinada articulação criminalizada ou para a formulação da agenda das políticas públicas.

Por outro lado, esses mesmos números podem ser observados a partir de sua produção, ou seja, da maneira segundo a qual aquelas agências elaboram índices e parâmetros de atuação. Essa outra construção da realidade nos dá elementos do grau de importância que é atribuído a esses números e qual lugar lhes é reservado no momento de sua elaboração por aqueles que os produzem.

O foco da presente pesquisa, portanto, reside menos numa leitura dos números oficiais em si do que em como esses números são construídos pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Preocupa-nos o lugar das estatísticas de homicídios na gestão das instituições que as produzem e, ao mesmo tempo, o que os dados revelam em termos de categorias e classificações da criminalidade, controles públicos existentes e papéis exercidos por atores e instituições na conformação dos diferentes contextos políticos (Lima, 2000).

A produção das estatísticas criminais na Bahia é de atribuição da Polícia Civil, agência diretamente ligada ao Poder Executivo estadual. Um estudo mais apurado dessa tarefa nos permitirá compreender melhor que numa tal reconstrução da realidade “não há objetividade no olhar” (Athayde; Bill; Soares, 2005, p. 172). As estatísticas criminais, ao constituírem-se como importante ferramenta de manipulação e gestão de uma dada realidade, retratam mecanismos de controle social, olhares diversificados, e pressupostos político-ideológicos (Lima, 2005).

Este texto divide-se em três partes. Inicialmente apresenta-se um panorama relativo aos números concernentes aos homicídios no Brasil. A partir das estatísticas identifica-se, do ponto de vista quantitativo, a situação do país no que tange a esta discussão, bem como o perfil geral das vítimas de homicídios na Bahia e em Salvador.

Num segundo momento, apresenta-se o percurso metodológico pelo qual passou esta pesquisa. Pontuam-se as técnicas e métodos adotados para melhor desenvolver os objetivos da pesquisa, dificuldades que surgiram e os problemas não superados.

Por fim, na terceira e última parte, os resultados da pesquisa são sistematizados e organizados conforme o modelo teórico-metodológico proposto. Os parâmetros de análise permitem a observação do objeto da pesquisa sob o ponto de vista (i) das normas que disciplinam a produção estatística criminal de homicídios na Bahia, (ii) da estrutura funcional desenvolvida pela Secretaria de Segurança Pública para a coleta de dados, produção de informação e publicidade dos mesmos, assim como a distribuição e funcionamento dessa estrutura nas regiões administrativas da cidade, e por fim, (iii) das práticas adotadas pelos profissionais que atuam diretamente no campo. Arremato, por fim, as discussões nas considerações finais.

## 2 Um olhar quantitativo sobre os homicídios

Os estudos têm revelado que, desde a década de 80 do século XX, os casos de homicídios têm crescido sistematicamente no país. Pesquisas apontam que na década de 90 ocorreu no Brasil mais de um milhão de mortes por causas externas, das quais os homicídios foram “responsáveis por 33,3% dessas mortes” (Santos; Peres, 2005, p. 60). De acordo com Júlio Jacobo Waiselfisz (2015) o número de homicídios no país saltou de 6.104 em 1980, para 40.077 em 2012, sendo que esse número refere-se apenas àqueles casos praticados com arma de fogo.

O elevado número de homicídios registrados no Brasil em 2013 fez com que o país concentrasse 10% dos homicídios que aconteceram em todo o mundo naquele ano, segundo o Relatório Global so-

bre Homicídios 2013, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Ao analisar o ano de 2013, Waiselfisz afirma que “apesar das quedas observadas entre os anos 2004 e 2007, os homicídios são os maiores responsáveis por ceifar a vida de nossa juventude” (p. 13). Na mesma linha, Roberta Guimarães (2011) afirma que a maior parte dos homicídios ocorre nas regiões metropolitanas e se concentra na população jovem:

*O que chama a atenção é que eles se concentram em um grupo específico da população: os indivíduos do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos. Apesar de representar pouco mais de 6% da população brasileira, esse grupo constitui aproximadamente 30% das pessoas assassinadas em todo o país, entre os anos de 1980 e 2006. As taxas de homicídio são bem mais elevadas para os jovens do que para o restante da população, em todas as RM [Regiões Metropolitanas] do Brasil. (Guimarães, 2011, p. 186)*

Dentro desse recorte, cabe frisar que são os jovens negros as maiores vítimas da mortalidade por homicídio: “(...) no ano 2002 a vitimização negra foi de 65,4%, no ano de 2006 cresceu para 90,8% e, no ano de 2010 foi ainda maior: 132,3%.” (Waiselfisz, 2012, p. 15). Em Salvador, essa realidade não se apresenta de forma diferenciada. Segundo o Relatório do Fórum Comunitário de Combate à Violência (2002), “entre os anos de 1996 e 2000, Salvador esteve entre a 5ª e a 7ª capital brasileira com taxas mais elevadas de mortalidade por homicídios, passando para o 4º lugar quando se considera a média desses 5 anos” (p. 8).

Em 2010, a taxa de homicídios que atingiu a população negra (pretos e pardos) de Salvador foi de 78,3 (em 100 mil). Entre os jovens negros essa taxa chegou a 190,3, em 100 mil. A grande disparidade aparece quando se considera que a taxa de homicídios que atingiu a juventude branca, neste período, foi de 61,8 em 100 mil (Waiselfisz, 2012).

O elevado número de homicídios de jovens negros é uma realidade no Brasil. Suas altas taxas e seu crescimento parecem indicar que as (poucas) políticas implementadas até hoje para conter o fenômeno não

surtiram resultados que pudessem reverter de maneira eficaz esse quadro alarmante. Isso deixa supor que o fenômeno dos homicídios não chegou ainda sequer a constituir um problema social considerado suficientemente relevante para mobilizar a opinião pública e o próprio Estado.

Por meio desta pesquisa, busca-se observar diferentes maneiras de composição de dados sobre as mortes por homicídio, que em sua maioria atingem a população negra, sobretudo sua juventude, a partir de algumas perguntas iniciais, tais como: como os índices de homicídios são construídos? Como são construídos socialmente os elementos representativos dessas mortes? Afinal como são “contados” os homicídios de jovens negros, para que se tornem (ou não) politicamente significativos?

### **3 Estratégias metodológicas e o percurso da pesquisa**

Por entender que a apresentação dos resultados da pesquisa são tão importantes quanto a explicitação do percurso metodológico adotado, neste item será descrita a metodologia utilizada.

Retornando à questão central de pesquisa, “como são observados e contados, pelos diferentes atores sociais que atuam na Secretaria de Segurança Pública da Bahia, os homicídios em Salvador?”, buscamos respondê-la a partir de duas operações: na primeira, ainda em um plano, foi feito um desmembramento teórico do objeto de pesquisa, isto é, foi preciso recortá-lo em três diferentes níveis de observação. Num segundo momento, em um plano empírico, foram realizadas as observações necessárias para responder à pergunta, lançando mão de entrevistas semi-estruturadas, observações de locais e práticas profissionais, além das leituras de documentos inerentes à produção das estatísticas.

Assim, inicialmente, mobilizou-se o modelo teórico-metodológico proposto por Dominique Monjardet (1996). Este, ao fazer um estudo sobre uma sociologia da força pública, escolhendo como objeto de pesquisa a polícia francesa, entende que ela é a um só tempo: um *instrumento de poder*, e que, portanto, dá ordens; um *serviço público*, suscetível de ser requisi-

tado por qualquer pessoa e *uma profissão*, com interesses próprios.

A interpretação feita por Monjardet requereu, portanto, que se recortasse seu objeto, segundo três dimensões: a da “instituição”, a da “organização” e a da “cultura e práticas profissionais”.

A “instituição” aqui será definida como “um conjunto de regras estatais que visam à satisfação de interesses coletivos” (Monjardet, 1996, p. 18), e, mais especificamente, em nosso caso, será o conjunto de normas que disciplinam e instituem a produção estatística concernente aos crimes violentos intencionais letais.

A “organização” diz respeito à organização de trabalho não só formal - estrutura, hierarquias, organograma, recursos humanos e materiais disponíveis para execução das normas que instituem o procedimento como um todo -, mas também informal, isto é, a necessária interpretação e adaptação a essas mesmas regras, conforme Monjardet (1996).

Em relação à “cultura profissional e práticas profissionais”, estas devem ser observadas como o resultado da “interação cotidiana entre os profissionais, suas tarefas, e o público” (Monjardet, 1996, p. 145), bem como do policial com seus superiores hierárquicos. A cultura profissional constitui-se e reproduz-se a partir dos interesses materiais (como acontece com outras categorias profissionais: remuneração, condições e ritmo de trabalho), corporativos (reportam a situações específicas de exercício de trabalho e das suas inter-relações), e da articulação entre esses interesses.

Seguindo a divisão proposta pelo autor francês, num primeiro momento priorizou-se a identificação e interpretação das normas que disciplinam a produção das estatísticas de homicídios na Bahia. Em seguida, voltou-se para a compreensão da organização das estruturas criadas para funcionamento e implementação das normativas referentes às estatísticas de homicídios em Salvador e região metropolitana. Por fim, avaliando que o tempo concedido para a realização da presente pesquisa (12 meses) não seria suficiente para compreendermos a cultura policial, realizou-se uma aproximação das práticas, através de contatos com os agentes que se envolvem, de for-

ma direta ou indireta, na produção das estatísticas de homicídios.

Num plano empírico, foram utilizadas técnicas diversas de pesquisa, mobilizadas em função do recorte a ser valorizado em cada momento. Assim, quanto à instituição das estatísticas de homicídios na Bahia, levantou-se a legislação pertinente ao tema e fez-se uma breve revisão bibliográfica. Nessa etapa, foram realizadas leituras e fichamentos de textos relacionados à problemática de pesquisa.

Para compreender a estrutura funcional criada para a implementação da legislação que norteia a produção das estatísticas de homicídios e da disposição dos órgãos que participam desse procedimento, foram realizadas visitas aos órgãos responsáveis pelos registros policiais e pela produção estatística criminal, quais sejam: a Coordenação de Documentação e Estatística Policial, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa e a Superintendência Integrada de Ações Policiais. As entrevistas realizadas com os gestores e agentes que trabalham nesses órgãos também foram importantíssimas, pois permitiram um mapeamento mais amplo de como a Secretaria de Segurança Pública da Bahia “conta” essas mortes.

No entanto, foi na aproximação das práticas policiais que as entrevistas se mostraram mais eficazes. Foram realizadas treze entrevistas com profissionais que atuam em diversas fases da produção estatística de homicídios e em diferentes órgãos. Elas possibilitaram não só a descrição das tarefas ao longo do fluxo de informações, mas a identificação das atribuições de cada órgão e de como cada profissional compreende sua função e identifica problemas a ela relacionados.

Apesquisa foi realizada em um período no qual a Bahia registrou casos emblemáticos e bastante midiáticos de “autos de resistência com resultado morte” que foram forjados, o que ensejou, inclusive, denúncias do Ministério Público da Bahia junto ao Judiciário, apresentando provas de autoria e de materialidade de execuções sumárias, supostamente realizadas pelos policiais que atuaram diretamente nos casos. Realizou-se ainda, a coleta e a análise de dados gra-

ças à colaboração da Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial, que cedeu alguns documentos, notas técnicas, registros de comunicações e modelos de relatórios de local de encontro do cadáver do Serviço de Investigação de Local do Crime – SILC, planilhas com dados relativos aos crimes violentos letais intencionais e as estatísticas oficiais divulgadas no site da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Ainda em relação a documentos escritos, a coleta de dados no *site* da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia encontrou-se prejudicada em alguns momentos da pesquisa, pois o mesmo estava desatualizado e com informações defasadas ou incompletas.

A partir dos dados fornecidos pela SIAP (Superintendência Integrada de Ações Policiais), que determinavam as características gerais dos homicídios registrados em 2012 e 2013 – como a cor da vítima, dia e hora do fato, dia e hora do registro, bairro no qual a vítima foi encontrada – fornecidos em planilha editável no computador, as informações foram sistematizadas em gráficos ou organizadas em tabelas produzidas também em planilhas editáveis, assim como os cálculos das taxas aqui apresentadas.

Os cálculos e tabelas aqui referidos foram desenvolvidos a partir de ferramentas do Programa da Microsoft, o Excel 2010. Seu uso teve a finalidade de otimizar as tarefas e reduzir a probabilidade de erros. Assim, por meio dos filtros e da inserção de tabelas dinâmicas (ferramentas deste programa) foi possível identificar o número de homicídios que atingem determinada região, a predominância sobre o sexo masculino e sobre as cores parda e negra.

Foi também desenvolvido um grupo focal com alguns profissionais que atuam na área. O objetivo foi, a partir do diálogo grupal, confrontar respostas e condições que eventualmente surgiram. O grupo focal foi formado por 4 agentes policiais, um facilitador e esta pesquisadora. No início da atividade havia uma certa tensão no grupo em virtude da persistência da cultura policial em cultivar o silêncio em sua organização, mas conforme a atividade se desenvolveu, muitas informações importantes foram compartilhadas, assim como algumas dificuldades no desempenho das atividades: sobrecarga de trabalho, jornada

excessiva e difíceis condições para a realização do trabalho. O resultado dessa atividade foi sistematizado e trabalhado ao longo deste texto.

Para a sistematização do material quantitativo, fornecido pela Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial, foi utilizado também o programa Excel 2010, que permitiu a manipulação de tabelas e gráficos com mais de quatro mil caracteres, referentes aos anos de 2012 e 2013.

Por fim, cabe ainda salientar que, apesar do recorte espacial do presente estudo restringir-se à cidade de Salvador, a referência feita algumas vezes ao longo da pesquisa à Região Metropolitana deve-se ao fato que a produção de estatísticas entre essas duas regiões se mistura, seja por conta da organização de determinado órgão que compõe o ciclo de produção de estatística de homicídio, seja porque a divulgação dos dados pela Secretaria de Segurança Pública refere-se à Região Metropolitana, e não apenas a Salvador.

#### **4 O que contam os números?**

Realiza-se aqui uma leitura sobre estatísticas concernentes aos homicídios, produzidas pela SSP-BA, com base nos números relativos aos crimes violentos letais intencionais, categoria que inclui: os homicídios – que correspondem a 95% desses números, de acordo com o PLANESP –, as lesões corporais seguidas de morte e os casos de latrocínio. Os dados são oriundos da Secretaria de Segurança Pública, disponibilizados pela Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial.

Durante os anos de 2012 e 2013, o número de mortes registradas em Salvador e Região Metropolitana, consequentes de crimes violentos letais intencionais - CVLI - foi de 4.663 pessoas. Desse número, somente Salvador contabilizou 1.656 casos em 2012 e 1.485, em 2013.

A seguir, são apresentados dados específicos referentes ao quantitativo mencionado e aqui tratados por sua peculiar pertinência em relação às premissas anteriormente abordadas.

##### **1. A cor do morto**

No que concerne à identificação racial das mortes resultantes de CVLI, observa-se a utilização das modali-

dades: Amarela, vermelha, branca, parda, negra, não informada e ignorada – quanto às duas últimas modalidades (não informada e ignorada), os servidores entrevistados não souberam diferenciá-las, por isso, para efeito de sistematização, elas serão somadas e chamadas de “Sem Identificação - S/I”. Importante salientar que as categorias negra e parda são distintas e independentes entre si, diferentemente da classificação étnico-racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na qual a categoria

“negros” engloba pretos e pardos.

Assim, através das representações gráficas 1 e 2, verifica-se que houve uma prevalência nos registros do uso da categoria parda em Salvador, durante o ano de 2012: 52,17% foram identificados como pardo e, no ano seguinte, dos 1.485 casos registrados, 52,19% corresponderam a indivíduos de cor parda. Quanto às brancas, amarelas e vermelhas, não chegaram a 4%.

Gráfico 01. Identificação racial das vítimas de CVLI, 2012, em Salvador

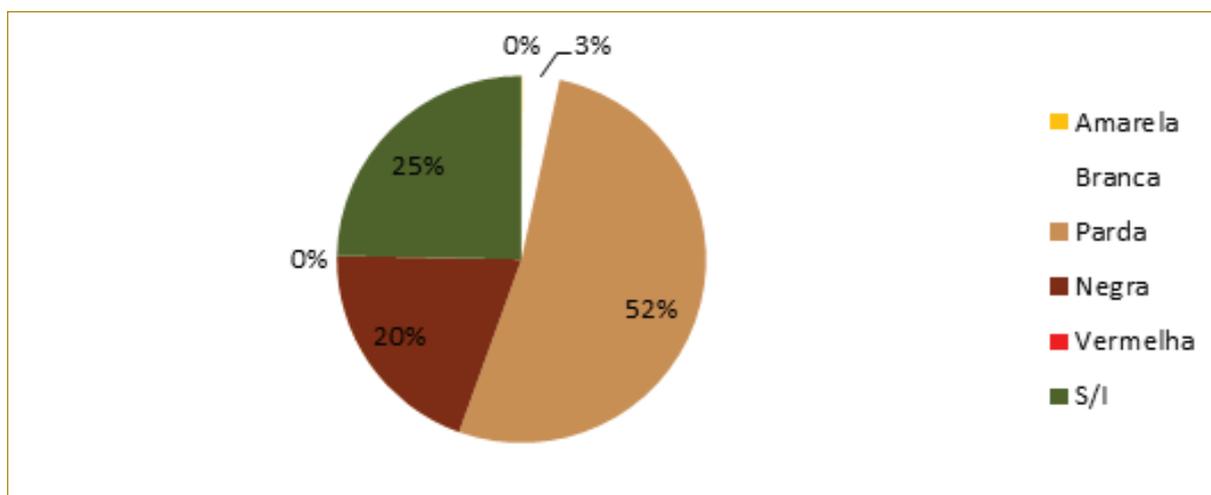
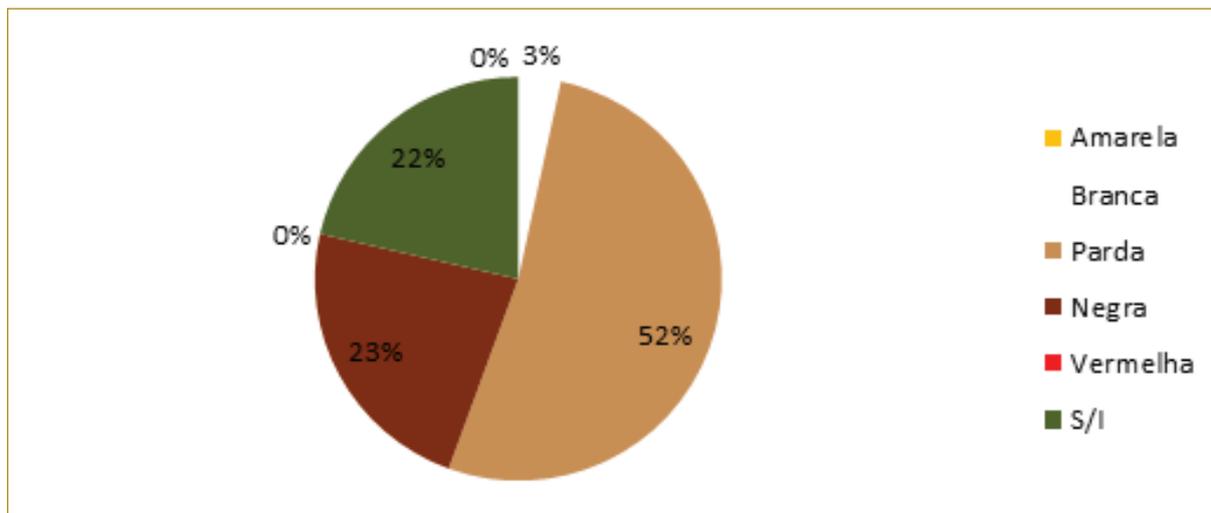


Gráfico 02. Identificação racial das vítimas de CVLI, 2013, em Salvador



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela SIAP

Mesmo com uma pequena redução do número de crimes violentos letais intencionais em Salvador, na comparação dos anos de 2012 e 2013, o número de vítimas registradas como negras, ao contrário, au-

mentou de 328 para 342 casos, como bem ilustram os gráficos acima. Quanto aos CVLIs em que não houve registro de identificação racial, no biênio observado, verificam-se 409, em 2012, e 318 em 2013.

A identificação racial é um fator importante, sobretudo quando consideramos o fato de que as vítimas de homicídios são em sua absoluta maioria negras e pardas, ou seja, podemos dizer que os CVLI's atingem uma população específica. Tão preocupante quanto este dado, assoma-se o fato de que em 2012, foram 24,70% de vítimas de CVLI sem qualquer identificação racial e 21,41% no ano seguinte, apesar de já haver regulamentação e estruturas criadas com a finalidade específica de produzir estatísticas também a esse respeito, como será tratado nas seções seguintes.

## 2. A distribuição espacial das mortes

A partir da divisão territorial proposta pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade – PDDU -, isto é, as dezoito Regiões Administrativas (RAs)<sup>2</sup> - subdivisões do território do Município de Salvador estabelecidas para fins administrativos, de planejamento e de informação -, foi possível identificar uma forte disparidade na distribuição espacial das mortes na cidade de Salvador. Diante de um universo ainda muito diversificado, elegeu-se como elemento para viabilizar análises uma delimitação um pouco mais fechada; assim, das dezoito Regiões Administrativas<sup>3</sup> propostas e redelineadas pelo PDDU de 2007 duas foram escolhidas: a RA 8<sup>4</sup> e a RA 10.<sup>5</sup>

Apesar de não terem o mesmo número de bairros e serem relativamente distantes entre si, essas regiões administrativas se destacam por terem em sua composição os bairros com os piores e os melhores índices de desenvolvimento humano intramunicipal de Salvador.<sup>6</sup>

2 As Regiões Administrativas foram criadas em 1986, pela Lei nº 3.688, e tiveram seus limites redefinidos pelo PDDU de 2007, com a finalidade de auxiliar a criação de um modelo de unidades espaciais de planejamento. Ainda hoje são utilizadas, ao lado dos bairros, como parâmetro de divisão territorial por diversos urbanistas. Seu uso aqui se justifica pelo fato de possibilitar o agrupamento e a sistematização do registro dos crimes violentos letais intencionais na cidade.

3 Centro, RA 1; Itapagipe, RA 2; São Caetano, RA 3; Liberdade, RA 4; Brotas, RA 5; Barra, RA 6; Rio Vermelho, RA 7; Pituba, RA 8; Boca do Rio, RA 9; Itapuã, RA 10; Cabula, RA 11; Beiru, RA 12; Pau da Lima, RA 13; Cajazeiras, RA 14; Ipitanga, RA 15; Valéria, RA 16; Subúrbios Ferroviários, RA 17; Ilhas, RA 18.

4 A RA 8 é composta pelos seguintes bairros: Caminho das Árvores, Pituba, Jardim Armação, Costa Azul, Stiep e Itaigara.

5 A RA 10 é formada pelos bairros: Aeroporto, Stella Maris, Itapuã, Alto do Coqueirinho, Piatã, Mussurunga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão e Bairro da Paz.

6 Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em conjunto com o PNUD (2010, p. 94).

Outro critério para escolha diz respeito à relativa homogeneidade entre os bairros agrupados nestas regiões administrativas. A RA 8 é composta majoritariamente por bairros com altos segmentos empresariais e residências de classes sociais com rendimento elevado. Já a RA 10 tem em sua composição bairros densamente habitados por segmentos sociais de classes menos abastadas e de classe média-baixa. Sobre elas, destacamos os seguintes números:

*Tabela 01. Identificação racial das vítimas de CVLI, na Região Administrativa 8*

CVLI	Negras	Branças	Pardas	Amarela	S/I	Total de vítimas
2012	4	0	9	0	3	16
2013	3	3	9	0	4	19

*Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela SIAP.*

*Tabela 02. Identificação racial das vítimas de CVLI, na Região Administrativa 10*

CVLI	Negras	Branças	Pardas	Amarela	S/I	Total de vítimas
2012	34	6	67	1	36	144
2013	22	4	46	0	35	107

*Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela SIAP.*

Na RA 8, onde se encontra o melhor IDH-M de Salvador, foram registradas 16 mortes em 2012 e 19 em 2013. Na RA 10, onde foi encontrado no ano 2000 o pior IDH intramunicipal e onde ainda hoje se mantém um baixo índice, registraram-se 144 mortes em 2012 e 107 em 2013. Esses dados confirmam o que outras pesquisas já explicaram: “as áreas (bairros, municípios, regiões administrativas, macrorregiões) mais pobres são as que apresentam taxas de homicídios mais altas” (Soares, 2000, p. 42).

Dentre estes registros de óbito, a identificação racial majoritária foi negra e parda em todas as situações. Em 2012, na RA 8, das 16 mortes registradas, 04 foram identificadas como negras, 09 como pardas e 03 não tiveram sua identificação racial registrada. A mesma RA em 2013 registrou que 03 mortes brancas, 03 negras, 09 pardas e 04 das 19 mortes não tiveram identificação racial.

Em relação à RA 10, das 144 mortes registradas em 2012, 01 foi identificada como amarela, 06 brancas, 34 negras, 67 pardas e 36 não tiveram registros quanto à identificação racial. Em 2013, não foi constatada uma diferença significativa quando comparado ao ano anterior: 04 foram mortes brancas, 22 negras, 46 pardas e 35 não foram informadas.

Portanto, nota-se que do ponto de vista micro, o panorama é muito semelhante à realidade em nível macro, quando notamos que a maioria das vítimas são pardas e negras e ainda há um significativo percentual de vítimas sem identificação racial em ambas as regiões administrativas.

Assim como a ausência de identificação racial teve mais ocorrências na RA 10, a identificação da faixa etária da vítima também apresentou maior carência nesta Região Administrativa: 25,7% em 2012 e 40,2%, em 2013, não apresentaram registros da faixa etária.

Estes números proporcionam indicativos sobre o funcionamento e a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, bem como sobre seus órgãos internos que produzem estatísticas, mais do que propriamente a respeito das mortes. Quanto aos resultados em números absolutos, confirma-se aquilo que outras pesquisas já mostraram: o número de vítimas negras de homicídios é superior às de vítimas de outros grupos étnicos raciais, valores que se assemelham quando observamos o cenário brasileiro:

*Os jovens negros são as principais vítimas e estão em situação de maior vulnerabilidade à violência no Brasil.[...] O levantamento mostra que, em todos os estados brasileiros, à exceção do Paraná, os negros com idade de 12 a 29 anos correm mais risco de exposição à violência que os brancos na*

*mesma faixa etária. No caso específico dos homicídios, o risco de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é, em média, 2,5 vezes maior que uma pessoa branca (BRASIL, 2014, p. 42).*

O *Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial* mostra que o risco de ser vítima de violência está diretamente relacionado à cor da pele dos jovens. Esse índice foi calculado para o ano de 2012 e envolveu diversos órgãos: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Presidência da República, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil.

Assim, as mortes de jovens negros resultantes destes homicídios são “reconstruídas” por diferentes atores sociais, ou seja, sua (in)visibilidade passa necessariamente por um filtro, no qual os atores sociais lançam mão de uma forma própria de (não) ver o problema. Neste sentido, quando observa-se a produção local de dados, não obstante a verificação da vulnerabilidade da população negra em relação aos homicídios - já constatada em âmbito nacional-, encontra-se ainda uma série de problemas que tornam esses dados inconsistentes, e por vezes, ininteligíveis.

## **5 O que os números não contam**

Para melhor visualizar como é realizado o processo de produção de estatísticas criminais de homicídios em Salvador e Região Metropolitana, apresentarei brevemente o resultado da mobilização da estrutura utilizada por Monjardet (1996) para estudar as atividades da polícia. Assim, num primeiro momento, propõe-se uma apresentação da estrutura normativa e organizacional criada para sustentar a estatística criminal de homicídios na Bahia, e em seguida, as práticas dos sujeitos que atuam nessa seara.

### **5.1 As normas**

Apesar de situar-se numa fase pré-processual criminal, a produção de estatísticas criminais não está disciplinada pelo Código de Processo Penal brasileiro. Seu desenvolvimento se dá ainda na fase de inquérito, mas se distancia dos princípios que regem este. Na Bahia, a produção de estatísticas criminais é disciplinada pela lei estadual nº 11.370/2009. No item

abaixo, faremos uma breve apresentação de como é desenhado o fluxo de dados e informações, a partir da legislação que o estrutura.

### 5.1.1 A produção de estatísticas de homicídios na legislação estadual

A Lei nº 11.370/09, chamada de Lei Orgânica da Polícia Civil, além de organizar a estrutura de toda a Polícia Civil do Estado da Bahia, definindo sua finalidade, dispendo sobre a carreira de Delegado de Polícia Civil e de demais carreiras a ela vinculadas, dedica um capítulo específico para tratar das estatísticas criminais.

O referido diploma legal é claro ao atribuir uma função estatística à Polícia Civil, assim, conforme o artigo 6º: “À Polícia Civil do Estado da Bahia compete: [...] x- organizar, executar e manter serviços de estudo, análise, estatística e pesquisa sobre criminalidade e violência, inclusive mediante celebração de convênios, com órgãos congêneres”. Esta atribuição mostra-se consolidada na leitura da Seção III, artigo 38, da Lei nº 11.370/09, com a criação da Coordenação de Documentação e Estatística Policial- CEDEP -, que tem por finalidade reunir, organizar e manter informações estatísticas, documentos e registros relativos a ocorrências policiais e a infrações penais, de interesse da investigação criminal.

Assim, à CEDEP compete uma participação privilegiada, na medida em que lhe cabe pesquisar, coletar, processar e divulgar dados estatísticos, isto é, ela está presente em quase todo o ciclo de produção, com a finalidade maior de planejar as atividades de polícia judiciária e apuração das infrações penais.

Outra importante diretriz dada pela Lei nº 11.370/09, agora em relação aos homicídios, foi a criação de um departamento específico voltado para “dirigir, supervisionar, monitorar e orientar ações, investigações e operações especializadas de combate a homicídios e localização de pessoas desaparecidas em todo o território do estado”. Antes de sua existência, cada Delegacia Territorial (DT) ficava responsável pela apuração dos homicídios em dada região da cidade, o que dificultava a celeridade investigativa dessa infração, já que as DTs também se ocupavam da apuração de outros crimes.

Dessa forma, com sua criação, o Departamento de

Homicídios, posteriormente nomeado de Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP- pela Portaria nº 341/12, passou a ter a atribuição de coordenar, supervisionar e orientar as Delegacias de Homicídios, mantendo a unidade de procedimentos. Por outro lado, realiza investigações que visam à localização de pessoas desaparecidas. Isto coloca o DHPP em diálogo direto com a CEDEP, já que esta necessita de uma série de informações das quais o referido departamento dispõe.

O procedimento descrito pela referida portaria determina, ainda, a rotina que deve ser seguida pelo Serviço de Investigação de Local de Crime – SILC -, que dispõe de equipes que se deslocam até o local do fato para a produção de um relatório descritivo do homicídio, que foi comunicado por telefone à Central de Polícia – Centel/Telecom.

A Portaria nº 341 traz ainda a exigência de um laudo da perícia de local de crime, o que obriga o Delegado de Polícia Civil a acompanhar todo o procedimento inicial, e determina que as ocorrências relativas a homicídios, tentados e consumados, deverão ser registradas como Inquéritos Policiais, no primeiro dia útil subsequente ao do crime.

### 5.2 Organização funcional

A produção das estatísticas criminais referentes a homicídios na Bahia realiza-se em rede e pode ser observada como um sistema, pois a sua constituição depende de etapas, as quais envolvem diferentes atuações. Segundo a Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa (2013), essa produção, em Salvador, “resulta da interação de dinâmicas entre atores e estruturas de trabalho dos órgãos do sistema de segurança pública e saúde” (p. 379), com maior atuação daqueles a depender da fase em que o procedimento se encontra.

Assim, participam desse processo, direta ou indiretamente, o Instituto Médico-legal Nina Rodrigues -IML -, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa- DHPP -, a Coordenação de Documentação e Estatística Policial- CEDEP - e a Superintendência Integrada de Ações Policiais- SIAP-, todos vinculados à Secretaria de Segurança Pública.

É importante frisar que os institutos Médico-legal Nina

Rodrigues e o de Identificação Pedro Melo participam da produção estatística de forma acessória. O primeiro fornece informações complementares para a base de dados da SIAP e da CEDEP, apenas quando isto é requisitado pelos servidores que atuam no setor de estatísticas dos respectivos órgãos. Já o segundo, por ser o órgão estadual responsável pela identificação civil e criminal dos indivíduos, possui uma base de dados que atualmente está interligada ao Sistema Nacional de Identificação Automatizada de Impressões Digitais Criminais, o que

permite uma identificação mais rápida e certa.

Para sintetizar como estão dispostos cada um desses órgãos, o fluxograma abaixo ilustra a circulação das informações no processo de produção de estatísticas de homicídio na Bahia. Ele não representa uma estrutura hierárquica, mas apenas oferece a representação das funções que os órgãos desempenham ao longo do procedimento de produção das estatísticas criminais de homicídios.

Figura 01. Esquema representativo do ciclo de produção das estatísticas de homicídios na Bahia



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos na CEDEP, no DHPP e na SIAP

A produção estatística se dá basicamente em três fases: a coleta dos dados, a sistematização dos mesmos e a sua posterior utilização. Descrever a atuação de cada órgão, em cada uma dessas fases é imprescindível para compreender, posteriormente, como as deficiências e/ou equívocos ocorridos em cada uma delas pode vir a caracterizar uma forma de violência.

Na primeira fase, na qual ocorre a coleta de dados

por policiais e peritos, o procedimento<sup>7</sup> estrutura-se da seguinte forma:

1. O Registro de Comunicação é o primeiro passo de todo o procedimento. Ele resulta das informações oriundas de um informante à Central Tele-

<sup>7</sup> Procedimento identificado através de entrevistas e documentos internos.

fônica de Polícia- CENTEL/Stelecom. Nele devem constar informações que individualizem aquela circunstância, tais como: data e hora do registro, o comunicante e sua relação com a vítima, o fato em si, assim como o maior número de características que permitam identificar a vítima (nome, sexo, cúrtis, dentre outras) e sua localização, data e hora do fato, a natureza do fato (no caso de homicídio, crime contra a pessoa) e o órgão a que se destina a ocorrência, no nosso caso, Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

2. A CENTEL/Stelecom, que também é coletora de dados, é responsável pela geração de um relatório em seu âmbito de atuação, num sistema específico, o SIC. É a CENTEL/Stelecom, através do Centro Integrado de Comando e Controle (CICOC), quem irá acionar a Polícia Militar.
3. A Polícia Militar é a responsável pela verificação da existência do fato, por ser ostensiva. É ela quem vai até o local informado fazer a constatação de que realmente há um morto em determinado local. Ela deverá informar à Stelecom, a qual, por sua vez, deve entrar em contato com o plantão do DHPP, responsável pela abertura da ocorrência.
4. Os primeiros registros a serem realizados com a efetiva presença de policiais civis, que posteriormente servirão de base no desenrolar de todo o procedimento administrativo e criminal, são materializados através do *Relatório de Local de Encontro de Cadáver*. É importante frisar que este documento terá uma dupla função: tanto alimenta a base de dados da produção estatística, quanto serve para instruir um possível procedimento criminal. Devem participar da elaboração desse documento três equipes: a primeira é formada por um delegado do DHPP, um escrivão e três investigadores (esses formam o Serviço de Investigação em Local de Crime- SILC); a segunda, por peritos e, por fim, a equipe do IML, acompanhada do rabeção.
5. A estrutura do referido relatório permite que as informações sejam redigidas de forma detalhada. Os campos disponíveis possibilitam saber: as informações de identificação da equipe SILC, a guarnição da polícia militar que a acompanhou, a identificação da viatura, as coordenadas de localização do local do fato, a identificação das

guias de perícias, a narração dos fatos (com informações oriundas do registro de comunicação), o meio empregado (tipo de arma) e a motivação, se houve ou não presença de equipe velada<sup>8</sup>. Ainda devem estar identificadas as equipes de peritos e do IML, ambas do Departamento de Polícia Técnica. Por fim, é dada a oportunidade àqueles que elaboraram o relatório de local de cadáver para expor na seção “ocorrências administrativas” as dificuldades encontradas para cumprimento dos procedimentos de sua elaboração.

O DHPP, órgão de gestão tática, deve “coordenar diretamente as atividades finalísticas pertencentes à investigação policial” (Lei 11.370/09). É composto de cinco delegacias numeradas ordinalmente, das quais: a 1ª, a 2ª e a 3ª delegacias são especializadas em homicídios, a 4ª é a especializada em homicídios múltiplos (onde se encontram também os casos de autos de resistência) e a 5ª é a delegacia de proteção a pessoas desaparecidas. Em matéria de produção estatística, é composto também por uma Coordenação de Estatística, a qual tem a função de fiscalizar a produção dos dados no Departamento, analisar, do ponto de vista qualitativo e quantitativo as contagens e fazer o sistema de correção dos dados. O DHPP é o principal polo coletor de dados estatísticos concernentes a homicídios na estrutura da Polícia Civil.

Há ainda, em cada delegacia que compõe o Departamento, um ou vários servidores para atuarem em tal demanda. De acordo com as observações realizadas, cada delegacia trabalha de uma forma diferente. Em algumas DHs, apenas o escrivão é responsável pela alimentação dos sistemas, em outras, a atividade é distribuída entre todos.

Na segunda fase da produção de estatísticas de homicídios, os dados e informações até então coletados são enviados à CEDEP para início do processo de sistematização. Como já mencionado, do ponto de vista funcional, o registro e processamento dos dados estão subordinados à CEDEP, que dispõe de profissio-

<sup>8</sup> A equipe velada é formada por três policiais investigadores que se infiltram na cena do crime, sem uniformes ou qualquer identificação que o remeta à sua profissão. O objetivo é coletar informações que auxiliem na apuração do homicídio, dessa forma, facilitando o contato e a preservação de testemunhas.

nais que se dedicam exclusivamente à contagem. O procedimento está organizado de forma não linear, dividido em etapas que continuam envolvendo diferentes órgãos.

As informações referentes a homicídios podem chegar à CEDEP de três formas distintas: pelo Sistema de Informação e Atendimento Policial - SISAP -, também chamado de Base Notes, que é o mais antigo sistema utilizado pelos profissionais para o registro de ocorrências; através do Sistema de Informação e Gestão Integrada de Atendimento Policial – SIGIP -, criado com a finalidade de substituir o SISAP no registro de ocorrências (este procedimento é utilizado apenas nas delegacias de Salvador por conta de limitações técnicas); por meio de registros em livros de ocorrências, em cidades do interior, onde a estrutura precária não permite sequer o uso de computadores.

Ao chegar à CEDEP, através das formas acima descritas, os dados irão alimentar outro sistema de manipulação de dados, o Sistema de Gerenciamento de Estatística – SGE -, responsável pela geração de gráficos e tabelas para visualização ordenada dos dados, a partir de caracteres previamente escolhidos.

*Até o ano de 2010, as estatísticas criminais eram armazenadas numa planilha denominada por Registro de Estatísticas Mensal (REM). Em função do crescimento das demandas e solicitações, o REM foi substituído por um sistema de coleta e processamento estatístico denominado por Sistema de Gerenciamento Estatístico. (ACPNR, 2013, p. 382).<sup>9</sup>*

Vale ainda salientar que cada delegacia territorial é subsidiariamente responsável pelo registro de delitos em sua Área Integrada de Segurança Pública – AISP.<sup>10</sup>

Um dos frutos do trabalho da CEDEP é a elaboração de relatórios mensais, semanais e semestrais, concen-

<sup>9</sup> Pesquisa realizada pela Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa - ACPNR, publicada na Coleção Pensando a Segurança Pública, em 2013, se prestou a identificar os impasses que tendem a inviabilizar a articulação entre os segmentos da saúde e da segurança no âmbito do fluxo de informações de mortes no Estado da Bahia.

<sup>10</sup> As AISPs são delimitadas pela Portaria nº 05, de 06 de janeiro de 2012, que define a composição e os limites das 16 AISPs de Salvador e região metropolitana.

tes aos números produzidos. Há informações a respeito das ocorrências por AISPs e por determinado período do ano, de Salvador e região metropolitana.

Concomitantemente, o DHPP subsidia a atuação da CEDEP na complementação das informações ao longo da sistematização dos dados para posterior divulgação e utilização dos dados, o que consubstancia a terceira fase da cadeia produtiva.

Nesta última fase, de utilização e divulgação, é importante separar dois planos: o interno e o externo. O primeiro se desenvolve no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, com encontros específicos coordenados pela Superintendência Integrada de Ações Policiais – SIAP -, com a presença de representantes de diversos órgãos da mesma e do próprio Secretário. O segundo ocorre na relação com a sociedade civil.

Frise-se que, antes da divulgação interna acontecer efetivamente, a SIAP faz uma nova sistematização dos dados coletados, através da Diretoria de Avaliação Operacional – DAO -, a partir da comparação dos dados oriundos da Centel e da CEDEP. Aqui são realizados o monitoramento das ocorrências, o georreferenciamento do local no qual o corpo foi encontrado e a produção do *Dash board*, ferramenta criada pelo Excel, a qual permite a atualização – mesmo em outros momentos – dos dados de homicídios.

Na DAO são gerados os índices e relatórios conclusivos a respeito da atuação dos agentes de segurança pública em determinada região, com a finalidade de verificação das metas do Plano Estadual de Segurança Pública para os anos de 2012-2015. É assim que ela se apresenta como efetivo canal de comunicação institucional entre os Comandantes e Delegados de cada AISP e o Secretário de Segurança Pública.

Para o público externo, a divulgação é feita pela Coordenação de Documentação e Estatística Policial, órgão incumbido legalmente de fazê-lo. E o faz por meio do site oficial da Secretaria de Segurança Pública,<sup>11</sup> portal que tem a função de divulgar informações sistematizadas a respeito, não só dos crimes violentos letais intencionais, mas também dos cri-

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.ssp.ba.gov.br/2015-2>>.

mes contra o patrimônio, ocorridos nos dias úteis e nos finais de semana.

Constam no portal oficial as seguintes informações: nome da vítima, sexo, idade e local onde o corpo foi encontrado. Ademais, cabe frisara ausência da variável cor nas tabelas que, por outro lado, são divulgadas sem nenhum tipo de acompanhamento explicativo para o leitor/visitante do site; da mesma forma, não são oferecidos relatórios sintéticos que permitam uma análise voltada às pessoas com baixo nível de escolaridade.

Apesar do PLANESP 2012/2015 indicar o uso das estatísticas de CVLI como parâmetro de atuação da Secretaria de Segurança Pública na implementação do “Programa Pacto Pela Vida”, o que configuraria uma quarta etapa da produção das estatísticas, não era escopo desta pesquisa alcançar as instâncias que lidam com esta fase.

### 5.3 Cultura e práticas policiais

Uma aproximação das práticas realizadas pelos policiais que atuam neste âmbito é imprescindível para a compreensão das maneiras de ver desses agentes-sujeitos. Assim, nesta seção farei a apresentação sistematizada do pouco, mas significativo contato com a cultura policial, a partir das falas dos agentes que atuam direta ou indiretamente na produção das estatísticas criminais de homicídios em Salvador. Nas subseções que seguem destacam-se os pontos mais relevantes.

#### a. CVLI's e categorias afins

A categoria de CVLI registra fatos com definições jurídicas diversas, isto é, apesar de ter a morte como resultado, ela condensa os homicídios, as lesões corporais seguidas de morte e os casos de latrocínio. Como se verá neste item, a nomenclatura que é atribuída ao fato nem sempre lhe é fácil e rapidamente atribuível.

Assim, são excluídos da composição deste indicador estratégico de controle de criminalidade os homicídios culposos, os suicídios e as tentativas de homicídio. As entrevistas realizadas informam que, até que sejam elucidados – tenham sido esclarecidas autoria, materialidade e circunstâncias na fase de inquérito – os crimes serão considerados como homicídios e poderão, inclusive, entrar nas estatísticas correspondentes.

#### b. A identificação da categoria racial da vítima de homicídio

Dentre as possíveis modalidades previstas referentes à categorização racial, utilizadas na produção de estatísticas criminais de homicídios, a parda chama a atenção pelo alto percentual de frequência: de um total de 1.656 casos de CVLI em 2012, 52,17% foram identificados como pardos e, no ano seguinte, dos 1.485 casos registrados, 52,19% corresponderam a essa modalidade. Isto significa que aparece em pelo menos metade dos casos. Nos dois anos, constituiu-se maioria entre as pessoas que foram assim identificadas. Por isso, irei me deter agora nos critérios e fundamentos que levam os agentes a denominar de pardo mais de 50% dos mortos, deixando de denominar a cor de cerca de 20%, considerando a média entre os anos de 2012 e 2013.

Um ponto importante a ser destacado é a ausência de definição objetiva de critérios de identificação racial. Essa falta pode ser explicada em função da constatação da ausência de cursos de formação específica nessa seara. Assim, os critérios utilizados, segundo os entrevistados, são construídos a partir do senso comum e das experiências cotidianas:

*A cor da pele é um dado a mais...nosso critério é de observação. Se eu chegar aqui, ele vai dizer: “é pardo ou negro”... pelo meu tipo de cabelo. Você tem que buscar uma forma, até um conhecimento empírico do dia-a-dia. (Informação Verbal).<sup>12</sup>*

A preponderância do uso da modalidade racial parda é mencionada por diversos entrevistados que vão a campo e coletam os primeiros dados. O uso desta modalidade racial, segundo os entrevistados, é feita especialmente quando não há, no local em que o corpo foi encontrado, algum documento que indique a identificação racial do morto:

*[...] normalmente, tem uma coisa que eu acho assim espetacular...é a cor parda...o que é um pardo? Não é? Eu não sei! Quando se tem um documento a gente vai lá pega e coloca: cor parda, como está*

<sup>12</sup> Entrevista concedida por policial que atua na fase de registro. Entrevista 10. [Jun. 2015]. Entrevistadora: Poliana da Silva Ferreira. Salvador, 2015. 1 arquivo .mp3 (32 min).

*no documento. E quando não se tem, a gente conta com o perito. Mas realmente, se for negro a gente vai colocar negro, se for branco... porque branco não existe né? Nenhuma raça é pura... e se for pardo a gente coloca pardo. (Informação Verbal)<sup>13</sup>*

E acrescenta, falando da identificação dos corpos:

*Essa identificação não é fácil de ser feita, mas a gente vai olhando inicialmente, nas primeiras horas já dá pra se ter um norte [...] (Informação Verbal)<sup>14</sup>*

Outro entrevistado, ao tentar explicar porque utiliza mais a categoria racial parda, mostra como a ausência de tecnicidade na fase inicial de coleta de dados evidencia um grande problema.

*[...] Muitas vezes o que é moreno pra mim, é negro pra você, e vice-versa. Muitas vezes o que é branco pra você, é moreno pra mim. Muitas vezes isso atrapalha. Eu digo assim, na minha cabeça todo mundo é pardo, pra mim fica mais fácil.*

*A gente busca facilitar o trabalho, mas não tem assim como dizer: “a pessoa, por causa de tais e tais características seja branco, ou por causa de tal característica seja negro”. Não tem como dizer, você vai olhar e ver.*

*Muitas vezes a pessoa é negra, mas por causa de seu estado de decomposição ela pode clarear, aí você diz: ‘é pardo!’ (Informação verbal).<sup>15</sup>*

É importante chamar atenção para o fato de que, quando se trata de mortos encontrados com avançado estado de decomposição, “a determinação da raça é talvez a tarefa mais difícil e menos precisa de qualquer análise forense” (Mendonça, 1994, p. 407).

Entre os fenômenos que podem dificultar a identi-

13 Entrevista concedida por policial que atua na fase de registro. Entrevista 06. [Março. 2015]. Entrevistadora: Poliana da Silva Ferreira. Salvador, 2015. 1 arquivo .mp3 (78 min).

14 Idem.

15 Entrevista concedida por policial que atua na fase de registro. Entrevista 04. [mar. 2015]. Entrevistadora: Poliana da Silva Ferreira. Salvador, 2015. 1 arquivo .mp3 (50 min).

cação da cor estão a saponificação, a mumificação, a carbonização, dentre outros. Os dois primeiros, apesar de serem fenômenos transformativos conservadores, causam evidentes alterações externas no corpo.

A saponificação caracteriza-se “pela transformação do cadáver em substância untuosa, mole e quebradiça, de tonalidade amarelo escura, com aparência de cera ou sabão” (Bandarra; Siqueira, 1994, p. 75). Ocorre em corpos com avançado estágio de putrefação que foram encontrados em grandes números e em uma só cova. Já a mumificação é um processo que decorre do dessecamento oriundo da exposição ao ar, em regiões quentes, com rápida perda de água pelo corpo, que antes de morrer já se encontra com algum grau de desidratação. Apresenta-se “com redução de peso, pele dura, seca, enrugada e coloração enegrecida” (Bandarra; Siqueira, 1994, p. 75). A carbonização resulta da queimadura total do corpo.

Todos os fenômenos acima descritos, segundo informado, ocorrem numa proporção muito pequena, no conjunto dos casos de homicídios por arma de fogo e arma branca. Na maioria dos casos registrados em Salvador, o processo de decomposição dos corpos é influenciado especialmente pelo grau de umidade e pela alta temperatura do ambiente em que o corpo foi encontrado, geralmente, em vias públicas.

A ausência de critérios técnicos para a identificação racial pode nos dar elementos explicativos da alta utilização da modalidade racial parda nas estatísticas criminais. Outro fator que deve ser considerado é a importância que os agentes que trabalham no momento da coleta (que coincide com o momento das primeiras investigações criminais) conferem a esta fase:

*A preocupação inicial no local do crime não é de identificação da vítima, nem de nada, é de recolher dados que vão levar à investigação. Essa identificação pode ser feita depois no IML. [...] De imediato a gente não vai para o local do crime pra saber quem é... (Informação verbal)<sup>16</sup>*

Portanto, além da ausência de formação específica para lidar com a questão racial, vale ressaltar que a

16 Idem.

coleta de dados estatísticos é considerada uma atividade secundária pelos profissionais da área. Esses diversos elementos parecem contribuir, de maneira decisiva, para o fato de haver mais de 20% de vítimas de homicídios sem identificação racial.

c. Os casos de “auto de resistência”

Outra importante categoria encontrada ao longo da pesquisa, que identifica fatos que não entram nas estatísticas de CVLI, foi nomeada por um dos entrevistados como “auto de resistência com resultado morte”. Trata-se de homicídios resultantes de confrontos entre cidadãos e policiais militares ou civis em serviço.

Assim, é importante frisar que, para efeitos estatísticos, os dados concernentes à “resistência seguida de morte” e as informações daí oriundas são contabilizados, mas não divulgados, como homicídios. Na prática, esses fatos ensejam procedimentos diferenciados de registro e investigação. A nomenclatura é, portanto, o elemento político capaz de retirar da contabilização um número considerável de mortes produzidas intencionalmente.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança (2013), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 344 pessoas foram mortas na modalidade “auto de resistência” no estado da Bahia no ano de 2012.

De acordo com o art. 3º da Portaria nº 341, o tratamento investigativo das “resistências seguidas de morte” se dá pela mesma via dos CVLIs: as apresentações das guarnições policiais militares que noticiarem a ocorrência de “resistência seguida de morte” deverão ser encaminhadas ao DHPP que promoverá a apuração dos fatos, instaurando o respectivo inquérito.

No entanto, do ponto de vista da implementação da norma, o procedimento se dá de forma diferenciada:

*O auto de resistência com resultado morte também pode ser feito pela PM. Muitas vezes o auto de resistência é um confronto entre a PM com meliantes, aí muitas vezes também, não se traz o auto de resistência para cá. Às vezes a própria PM avoca esse procedimento e eles dão andamento lá mesmo. [...] Pode ser feito aqui dentro, como pode ser avocado*

*pela polícia militar. (Informação verbal).<sup>17</sup>*

Assim, apesar da norma estabelecida na Portaria nº 341 prescrever que o mesmo tratamento dado aos CVLIs deverá ser dado às resistências seguidas de morte, do relato acima é possível perceber que a implementação dessa norma ocorre de forma diferente. Verifica-se que o procedimento legal é rotineiramente violado e é importante ressaltar que essa violação ao ordenamento estatal, no que concerne ao tipo de procedimento adotado, pode variar também em função da vida pregressa da vítima. Conforme relatado em entrevista realizada:

*Muitas vezes a gente vai apurar aquele auto de resistência em face do autor [o morto] já ter cometido um homicídio: “Ah ele estava com uma arma”... então é importante a gente trazer aqui, mandar a arma pra o departamento de Polícia Técnica pra ser periciada, pra ver o tipo de munição que é utilizada, se a munição que foi usada naquela arma já foi utilizada em outro momento. Porque nós temos um sistema que armazena, funciona como um banco de dados, que armazena os tipos de projéteis, quando você encaminha pra lá, eles verificam se aquele projétil se identifica com outros. Através de uma situação dessa, nós já vamos esclarecer um, dois ou três homicídios. (Informação verbal).<sup>18</sup>*

Conforme observações nos locais das práticas profissionais, constata-se que os casos de resistências seguidas de morte são registrados e contabilizados pela CEDEP, porém, de acordo com os entrevistados, esses números não são divulgados. Isto se confirma observando o portal oficial da Secretaria de Segurança Pública.

d. O uso de novas tecnologias e a configuração do fluxo de dados

O ambiente da produção de estatísticas de homicídios na Bahia conjuga o passado e o futuro em suas práticas e discursos, isto é, apesar dos esforços engendrados na busca de melhoria da qualidade dos dados

17 Entrevista concedida por policial que atua na fase de registro. Entrevista 02. [out. 2014]. Entrevistadora: Poliana da Silva Ferreira. Salvador, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min).

18 Idem.

coletados e das informações produzidas, algumas velhas práticas e a não observância de problemas de adaptação, de recursos humanos e materiais, têm inviabilizado a melhoria da qualidade dessa produção.

O uso de novas tecnologias no âmbito da produção estatística de homicídios se consubstancia não só na utilização de equipamentos de precisão para georreferenciar as ocorrências mas, ainda mais importante, na utilização de softwares para gestão dos dados.

Neste sentido, a implementação dos sistemas de lavratura de ocorrências – Sistema de Informação e Atendimento Policial (SISAP) e Sistema de Informação e Gestão Integrada de Atendimento Policial (SIGIP), assim como do Sistema de Gerenciamento Estatístico e do Monitoramento Final CVLI, e até o Excel – constitui um importante avanço e, ao mesmo tempo, um grande desafio. Aqui também, “em nome de uma postura técnico profissional das instituições, a tecnologia é assumida como a modernização possível e necessária à melhoria da qualidade das informações produzidas” (Lima, 2000, p.11)

No entanto, em alguns dos sistemas que são utilizados para coleta e sistematização dos dados o preenchimento de um para outro (da coleta à sistematização) não se dá de forma automática, mas manual, e isto abre margem para uma série de problemas.

Assim, a atividade de inserção dos dados nas planilhas do SISAP e do SIGIP é feita por policiais das delegacias de Salvador e Região Metropolitana, os quais dividem o tempo de serviço entre esta tarefa e as demais típicas da atividade investigativa, tendo estas prioridades frente à produção estatística. Do ponto de vista técnico, alguns operadores dos sistemas, aqueles que trabalham com o Excel na sistematização dos crimes violentos letais intencionais e crimes violentos contra o patrimônio, sinalizaram alguns problemas no uso desta ferramenta:

*O ideal é que a gente tenha um sistema especialmente pra isso. O Excel não suporta tudo. A gente faz o que pode. CVLI, roubo de veículos e roubo a ônibus, beleza. Mas quando a gente vai colocar o CVP, que são os crimes violentos contra o patrimônio - roubo a transeuntes, roubo a residências – aí trava [e]de-*

*mora a abrir. Foi criado um sistema que é o BEI com esse objetivo, mas ele não tem os mesmos recursos que a gente tem, até em questão de design, você tem que ter uma coisa dessas, você tem que ter algo que você arrume, da forma que você quer, você coloque o gráfico aqui. E o BEI tem algumas limitações em relação à formatação, porque não seria o ideal, não carregaria planilha em Excel e o computador às vezes não roda. (Informação verbal).<sup>19</sup>*

Logo, a mera introdução de novas tecnologias não possibilitou, por si só, melhorar a qualidade dos dados ofertados. Notou-se que a inclusão de novas tecnologias, como a implementação de sistemas de informação, não estavam alinhadas ao saber e à experiência do servidor que atua em cada setor. Além disso, elas não são acompanhadas da verificação contínua de seu funcionamento.

e. Dificuldades apontadas para a execução de tarefas na produção estatística

Dentre as principais dificuldades na fase de sistematização, a ausência de dados no momento do lançamento da ocorrência, especialmente acerca da localização do fato, foi a mais citada dentre os entrevistados.

*Então minha maior dificuldade é quando eu chego aqui e a informação não foi lançada. Quando é em Salvador, a gente acompanha aqui de perto, lê a ocorrência, liga para o delegado se for necessário, liga pra PM, quem foi que estava no local do crime, então diminui essa margem de erro pra capital e RMS [Região Metropolitana], capital ainda é melhor que a RMS. Região metropolitana é mais difícil pra alguns locais, muito terreno, muita área aberta, então é mais difícil você definir o ponto exato, um ponto de referência num matagal, atrás da fábrica... Na região metropolitana a gente tem a dificuldade de não ter uma definição de bairro. (Informação Verbal)<sup>20</sup>*

19 Entrevista concedida por policial que atua na fase de sistematização. Entrevista 06. [abril. 2015]. Entrevistadora: Poliana da Silva Ferreira. Salvador, 2015. 1 arquivo .mp3 (30 min).

20 Idem.

Outra dificuldade apontada reside no número insuficiente de profissionais que atuam na sistematização. Na SIAP, por exemplo, trabalham apenas uma estatística, uma geógrafa e dois servidores para o monitoramento, sendo que um deles responsabiliza-se pela tarefa com os casos ocorridos em Salvador e Região Metropolitana e o outro, pelo interior:

*[...] no interior, tem o acompanhamento também, o funcionário faz o acompanhamento no interior mas não dá pra aquele funcionário acompanhar os 417 municípios do Estado todo. (Informação Verbal)<sup>21</sup>*

f. Ausência de rotina/protocolo e de formação para atuação na produção estatística

Um dos elementos que mais chama a atenção é a ausência de rotina e de um procedimento padronizado pelos servidores que atuam no âmbito da produção estatística. Na CEDEP cada servidor executa a produção do Relatório de ocorrências de homicídios e outros fatos delitivos de Salvador e Região Metropolitana de forma diversa. Os profissionais responsáveis pelo preenchimento do SISAP e do SIGIP nas delegacias também agem de forma distinta.

Um dos entrevistados que atua nesse âmbito relata essa ausência de rotina em uma de suas falas:

*“Esse relatório fui eu quem começou a fazer, mas eu estava tão cheia de coisas pra fazer, que eu nem numerei, mas como eu ia estar de plantão hoje, eu pensei, eu mesmo coloco [...]” (Informação verbal).*

Na medida em que os dados são repassados ao SGE de forma manual, ou seja, redigitada pelos servidores, isso pode importar a ocorrência de erros e/ou supressão de informações selecionadas pelo próprio servidor como dispensável. Para o SGE, as informações indispensáveis são: o número da ocorrência, a data do fato, hora do fato, endereço e delito, segundo entrevista.

Segundo os próprios agentes de outros setores, muitas deficiências na forma de fazer o lançamento das ocorrências nos sistemas estão ligadas à ausência de rotina e de um treinamento para atuação específica nesse âmbito:

*Então quando essa informação não vem de forma clara prejudica. Por isso que eu digo, o treinamento tem que vir de lá da ponta: quem lança os dados, que registra a ocorrência é importante que saiba pra quê está sendo feito aquilo, porque às vezes fazem de qualquer jeito, vai no automático. Tantos anos fazendo aquilo, fazendo a mesma coisa! Então, vai no automático e a pessoa não se importa ou não tem o conhecimento de para que aquilo ali está sendo usado. Às vezes a gente pega uma ocorrência que não está clara, que não tem a informação completa e isso dificulta. (Informação Verbal)<sup>22</sup>*

Outra importante informação diz respeito à formação dos profissionais que atuam no CEDEP. Percebeu-se que há poucos técnicos com formação específica em tratamento de dados; existe, de maneira generalizada, um baixo grau de especialização no setor como um todo, encontrando-se, inclusive, profissionais com formação em áreas que não se relacionam diretamente com produção de estatísticas, como por exemplo, educação física e enfermagem.

## 6 Considerações finais

Este trabalho buscou compreender como ocorre a construção dos dados estatísticos oficiais sobre homicídios pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, descrevendo as diferentes etapas e observando os meios de atuação da Polícia neste âmbito.

Portanto, estudar a construção dos índices oficiais de homicídios, buscando compreender os elementos que se tornam significativos ao longo do processo, o tratamento da informação e o lugar dos dados no campo administrativo-decisório, permite entender como um problema social tão grave quanto esse é invisibilizado cotidianamente dentro das instituições responsáveis pela sua redução.

Por meio da “reconstituição do fluxo de pessoas e procedimentos que atravessam as diferentes organizações” (Ribeiro; Vargas, 2008, p.05), a pesquisa concluiu que diversos elementos, relacionados, afetam a produção do dado produzido. Entre outros, vale ressaltar a ausência e a escassez de profissionais com

21 Idem.

22 Idem.

qualificação específica na produção de dados estatísticos, a falta de protocolo de atuação para registro das mortes violentas, a exclusão das mortes decorrentes de “autos de resistência” dos CVLI’s e, por fim, a falta de especificações técnicas na construção da categoria racial.

Saber o caminho que os dados percorrem, e como percorrem, possibilita, por um lado, compreender os desafios encontrados pelos agentes que operam nessa seara, e, por outro, obriga a repensar as possibilidades de intervenção num campo ainda tão fechado, a polícia, tornando-se condição indispensável – ainda que insuficiente – para construção de políticas públicas destinadas a reverter o quadro dramático das mortes violentas no país.



Data de submissão/Submission date: 05.09.2015.

Data de aprovação/Acceptance date: 09.01.2017.

## 7 Referências

- Alvarenga, J. P. (2014). Matar alguém por motivo fútil: um olhar crítico acerca dos homicídios no baixo São Francisco a partir das estatísticas oficiais. In: Mendonça Filho, M., Ferreri, M. A. *Instituições e cotidiano: formas e intensidades no enfrentamento do comum*. Aracaju, UFS.
- Athayde, C.; Bill, M.; Soares, L. E. (2005). A relação é o que não se vê. In: \_\_\_\_\_. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 172.
- Batitucci, E. C. (2007). As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística. *São Paulo em Perspectiva*, 21 (1), p. 7-18, jan./jun.
- Bandarra, E.P.; Sequeira, J. L. (1999). Tanatologia: fenômenos cadavéricos transformativos. In: *Rev. Educ. conti. CRMV-SP*. São Paulo, 2, fascículo 3, p. 72-76.
- Cappi, R. O olhar que não se vê: figuras da alteridade e formas de controle. In.: Correia Júnior, Rubens. *Criminologia do Cotidiano: crítica às questões humanas através das charges de Carlos Latuff*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 245-262.
- Cerqueira, D. (2013). *Mapa dos homicídios ocultos no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA.
- Durante, M. O.; Junior, A. O. (2012). A produção de estatísticas e indicadores de segurança pública no Brasil em perspectiva histórica e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC). In: BRASIL. *Anuário brasileiro de segurança pública 2012*. Ministério da Justiça.
- FCCV. (2002). *O rastro da violência em Salvador – II: mortes de residentes em Salvador, de 1998 a 2001*. Salvador: UFBA.
- Freitas, F. S. (2015). *Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela vida” do Estado da Bahia (2011-2014)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB.
- Guimarães, R. (2011). O papel do desemprego nas altas taxas de homicídio entre os jovens no Brasil Metropolitano. In: Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Segurança, justiça e cidadania: o panorama dos homicídios no Brasil*. Ano 03,6. ISSN: 2178-8324.
- Lima, R. S. (2008). *A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil*. Novos Estudos. CEBRAP 80, p. 65-69.

- Machado, M. R. (2013). Contra a departamentalização do saber jurídico: a contribuição dos estudos de caso para o campo direito e desenvolvimento. Silveira, V. et al. (org.). *Direito e Desenvolvimento no Brasil do Século XXI*. Brasília: Ipea, p. 177-200.
- Mendonça, M. C.; Costa, J. P.(1994). Antropologia Forense. In: *Revista Arquivos de Medicina*, 8 (6), p. 405-412.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police: Sociologie de la force pulique*. Paris : La Découverte.
- Pita, M. V. (2010). *Formas de morir y formas de vivir: activismo contra la violencia policial*. Buenos Aires: Del Puerto.
- Reis, V. M. S. (2005). *Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 - 2001*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador.
- Ribeiro, L. M. L. Vargas, J. D. (2008). *Estudos de fluxo de justiça criminal: balanço e perspectivas*. In.: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. ISSN 2177 3092.
- Santos, P. C.; Peres, M. F. T. (2005). Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Revista Saúde Pública- Homicídios e arma de fogo*, São Paulo, p. 58-66.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. (2000). Homicídios no Brasil: vários factóides em busca de uma teoria. *Relatório parcial do projeto Covariatas Macroestruturais do Homicídio no Brasil*. Conselho latino Americano de Ciências Sociais, Flórida.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Cebe-la, Flacso; Brasília: SEPP/PR.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: Cebe-la, Flacso.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Arma de Fogo*. Brasília: Flacso.
- Valkener, C. Vincent, F. (2007). Lex statistiques criminelles: données chiffrées (Belgique) et enjeux metodologiques. In: \_\_\_\_\_. *Manuel de Sociologies policières*. Bruxelles: Larcier.
- UNODC. *Global Study on Homicide 2013*. Genebra, p. 22.